

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO: PARADIGMAS DA
DESDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Aluno: PAULO HENRIQUE DA SILVA NORONHA

Goiânia

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo do autor: **Paulo Henrique da Silva Noronha**

Título do trabalho: **Neoliberalismo e financeirização: Paradigmas da desdemocratização brasileira**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Deyvid Santos Morais, Professor do Magistério Superior-Substituto**, em 25/09/2023, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Da Silva Noronha, Discente**, em 25/09/2023, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4070730** e o código CRC **9FAF10FA**.

Referência: Processo nº 23070.045057/2023-12

SEI nº 4070730

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO: PARADIGMAS DA
DESDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Aluno: PAULO HENRIQUE DA SILVA NORONHA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais junto ao curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Goiás.

Orientador: DEYVID SANTOS MORAIS

Goiânia
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Noronha, Paulo Henrique da Silva
Neoliberalismo e financeirização [manuscrito] : paradigmas da
desdemocratização brasileira / Paulo Henrique da Silva Noronha. - 2023.
XXXVII, 37 f.

Orientador: Prof. Dr. Deyvid Santos Morais.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Ciências
Sociais, Goiânia, 2023.

1. Neoliberalismo . 2. Financeirização. 3. Desdemocratização. 4.
Estado. I. Morais, Deyvid Santos, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e nove dias do mês de Agosto do ano de 2023 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**Neoliberalismo e financeirização: Paradigmas da desdemocratização brasileira**”, de autoria de **PAULO HENRIQUE DA SILVA NORONHA**, do curso de BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo orientador Prof. Dr. Deyvid Santos Morais (FCS/UFG) com a participação do membro da Banca Examinadora Prof. Dr. Francisco Mata Machado Tavares (FD/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final 10,0 (dez), tendo sido o TCC considerado **aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Deyvid Santos Morais, Professor do Magistério Superior-Substituto**, em 29/08/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Mata Machado Tavares, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3956159** e o código CRC **B2246913**.

RESUMO

O trabalho busca fazer uma análise dos conceitos de neoliberalismo, financeirização e desdemocratização e como estes estão articulados em uma causalidade que configura as crises políticas, econômicas e sociais em diversos países hoje. Defendo que o avanço do neoliberalismo, como consequência o avanço da austeridade e desmonte do Estado de bem-estar social, se mostra aliado a um aumento do poder político e decisório do mercado financeiro, o que tem causado processos que afetam a democracia representativa e a participação popular ao prejudicar o debate sobre as necessidades de ampla maioria da população. Tendo esse ponto de partida, busco situar o caso do Brasil nas turbulências políticas e pressões de uma elite financeira em prol de uma guinada em torno das pautas de mercado em detrimento das políticas sociais, especialmente a partir do ano de 2013 e culminando no golpe jurídico-parlamentar em 2016 que aprofunda reformas que atendam a um desmonte de direitos sociais. Utilizo como campo de pesquisa materiais bibliográficos e recortes da mídia hegemônica brasileira que elucidam essa relação entre neoliberalismo, financeirização e desdemocratização.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Financeirização. Desdemocratização. Estado.

ABSTRACT

This research aims to analyze the concepts of neoliberalism, financialization, and de-democratization and how these are interconnected in a causality that shapes the political, economic, and social crises in various countries today. I argue that the advancement of neoliberalism, and as a consequence, the advancement of austerity measures and the dismantling of the welfare state, is allied with an increase in the political and decision-making power of the financial market. This has led to processes that affect representative democracy and popular participation by hindering the debate on the needs of the broader population. With this starting point, I aim to position the case of Brazil in the midst of political turbulence and pressures from a financial elite in favor of a shift towards market-oriented agendas, to the detriment of social policies. This trend became particularly pronounced from 2013 onwards and culminated in the parliamentary-judicial coup in 2016, which deepened reforms aimed at dismantling social rights. I use bibliographic materials and excerpts from the Brazilian mainstream media as a research field, shedding light on this relationship between neoliberalism, financialization, and de-democratization.

Keywords: Neoliberalism. Financialization. De-democratization. State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. Neoliberalismo	5
2.1 Sociedade	5
2.2 Estado	7
2.3 Economia	9
3. Financeirização	12
3.1 Panorama da financeirização.....	14
4. Desdemocratização	17
5. Brasil, um caso paradigmático	22
5.1 Período antecedente ao golpe	23
5.2 O começo da captura do poder	25
5.3 O golpe e a tomada do poder	28
5.4 O poder com os neoliberais e seus associados	29
6. Considerações finais	33
Referências bibliográficas	36

1. Introdução

O neoliberalismo, enquanto movimento ideológico, político, econômico e subjetivo tem sido objeto de diversos estudos ao longo das últimas décadas que buscam levantar hipóteses a respeito das características e implicações deste conceito, bem como suas consequências empíricas neste início de século. Se caracteriza, especialmente, como uma doutrina socioeconômica que tem sua ascensão na segunda metade do séc. XX, retomando antigas concepções do liberalismo político e preconizando a mínima intervenção do Estado na economia e a defesa da autorregulação. Grande parte dos estudos sobre o tema, especialmente do campo das ciências sociais, tem demonstrado em larga medida como esse processo implica em deformações na sociedade, na economia e nos Estados modernos, que tem suas funções moldadas a partir da ascensão do processo neoliberal. Ao longo deste trabalho, duas ramificações deste processo serão analisadas, como as características da financeirização e da desdemocratização, que podem ser tomadas como consequências diretas do neoliberalismo. Para dar sustentação a essa afirmação, este trabalho busca realizar um levantamento a respeito dessa articulação, apresentando o caso emblemático brasileiro que demonstra o funcionamento e as implicações da agenda neoliberal e seus operadores.

O conceito chave para nós é representado pelo neoliberalismo. Essa conceituação em si já se trata de uma tarefa árdua, principalmente pelo fato de representar tanto um caráter técnico, político e social, mas que dificilmente possa ser apreendido em uma única dimensão. Muitas das vezes a palavra é evocada como uma mera expressão que, de forma leviana ou aparentemente crítica, perde o seu rigor teórico e crítico¹. Pretendemos ir além desse simplismo supramencionado, buscamos apontar as faces deste conceito que se tornou na realidade uma agenda impositiva que tem norteado o cotidiano tanto das instituições de Estado quanto da sociedade no geral. Onde o neoliberalismo tem colocado os seus tentáculos até mesmo os modelos de comportamento dos indivíduos têm sido alterados, a sociedade passou a ser caracterizada por um forte individualismo, enquanto isso as estruturas dos Estados se encaminham para a concentração do poder nas mãos da classe dominante, que usando artifícios econômicos tem conseguido impor a suas vontades perante a vontade dos demais.

O processo de financeirização das economias, que tem gerado uma busca desenfreada pela lucratividade tem se mostrado devastador, principalmente pelo fato de estar influenciando nas esferas públicas e de execução de políticas públicas no geral e políticas

¹ “O estranho dia em que o FMI criticou o neoliberalismo.” BBC Brasil, jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-36668582>

econômicas propriamente por parte dos entes governamentais. A imposição de reformas articulados pelo setor vinculado a financeirização do capital, constituindo uma expressão contemporânea das elites financeiras, tem colocado a economia nacional e global sob o controle de um pequeno número de indivíduos, mas que detêm alto poder político, ideológico e comunicacional, fazendo com que todos os passos de um governo eleito tenham como objetivo gerar a confiança destes atores como bom presságio econômico. Na economia da financeirização o que vamos observar será uma severa concentração das atividades econômicas, que contribui para os oligopólios especulativos e consequentemente o poder de barganha destes frente aos Estados. A financeirização como ferramenta de acumulação de capital tem sido o pilar desta nova era do capitalismo, aonde a circulação de papéis, seja da dívida pública ou de ações, se tornaram novas fórmulas de obtenção de vastos lucros a curto prazo e ampliação de mercados para exploração do trabalho, como no caso das privatizações.

No quarto capítulo iremos nos ocupar sobre o tema da desdemocratização. Para uma definição deste conceito optamos por uma abordagem que demonstra que este processo é um fruto dos outros conceitos observados anteriormente. O esvaziamento do espaço democrático e o insulamento do Estado diante das demandas da sociedade são na realidade imposições que os ideários neoliberais e das ramificações financeiras colocaram como agenda para que a classe política opere aos bel-prazeres deste grupo, ocasionando que na disputa entre o interesse público e os interesses particulares, os mecanismos de operação se esforcem mais em oferecer a sustentabilidade das pautas em prol do mercado.

No último capítulo, trataremos do caso brasileiro como um cenário paradigmático que sustenta os argumentos apresentados. O Brasil, especialmente a partir de 2012, apresentou um acirramento da correlação de forças entre os modelos de Estado e desenvolvimento, ocasionando em 2016 o golpe parlamentar contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, lastreado especialmente por essa junção dos mecanismos de crescente apelo as políticas neoliberais, o poder de barganha do mercado financeiro e amplos processos de desdemocratização. O país acabou se tornando um caso concreto de como a retorica neoliberal ganha espaço e como a força da financeirização conseguiu impor as pautas pro mercado que culminaram com um forte retrocesso da democracia, tanto no campo participativo quanto no campo da retirada dos direitos sociais. Por fim, encerramos com um breve balanço sobre o desafio que é imposto tanto ao debate público quanto teórico acerca dessa temática, bem como um diagnóstico de conjuntura que nos permita avançar nesse objetivo.

2. Neoliberalismo

O conceito de neoliberalismo se caracteriza por ser amplo e polissêmico, deste modo, sintetizar o que vem a ser esta categoria, torna-se um trabalho desafiador. Durante as últimas décadas, vários autores buscaram se ater a este conceito, desde o campo das ciências sociais e econômicas até outras áreas do conhecimento, como saúde e educação. Para esta análise, a definição de neoliberalismo que nos interessa está concentrada particularmente nas grandes áreas das ciências sociais e suas problemáticas.

Neste escopo, quando falamos em neoliberalismo nos remetemos a seu entendimento nos contextos de sociedade, Estado e economia, preocupações que se tornaram um campo fértil para as produções teóricas sobre o tema, que buscam expressar a “nova razão do mundo”, como Pierre Dardot e Christian Laval (2016), definem em seu livro esse processo. O esforço a seguir parte do rastreamento conceitual nesses três eixos, de forma que, ao se complementarem, nos forneçam elementos de análise para os próximos capítulos.

2.1. Sociedade

Os ventos do neoliberalismo na vida contemporânea se caracterizam por uma sociedade que se norteia pelas dogmáticas do mercado, David Harvey (2014), ao analisar esse aspecto observa que:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (HARVEY,2014, p.13)

A chamada virada neoliberal não somente modificou as estruturas do Estado moderno, mas também impôs uma agenda social que perpassa todas as esferas do cotidiano, aonde as relações de mercado e sua lógica influenciam os modos de vida e os processos de subjetividade na sociedade. Autores como Pierre Dardot e Christian Laval (2016), em um recente livro em conjunto que tem favorecido uma renovação do interesse acadêmico sobre o tema, dizem que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados.

Para o neoliberalismo e seus adeptos, até mesmo o reconhecimento da sociedade, enquanto estrutura social e coletiva das formações humanas, é rejeitado, exemplos desta aversão

ao social são facilmente observados nos trabalhos de Friedrich Hayek (principal expoente das teses neoliberais)², e na condução do Estado britânico por Margaret Thatcher³. De acordo com Wendy Brown (2021), epistemologicamente, o desmantelamento da sociedade envolve a negação de sua existência, aonde toda a lógica neoliberal que glorifica o ultra individualismo e pactua as relações de mercado como maximizadores do bem estar, visam em grande parte dissipar os vínculos sociais, que remetem a solidariedade e a igualdade de condições, tornando assim, os indivíduos os únicos responsáveis por suas trajetórias, e isso se dar, segundo Harvey (2014), pelo fato do Estado neoliberal ser hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital, tendo em vista que os indivíduos em associações tendem a criar pressões e reivindicações sobre o aparato dominante. O próprio Harvey chega à conclusão de que a virada neoliberal das décadas de 70 e 80, foi nada mais do que um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas, onde se modificou toda a estrutura social do período do pós-guerra, em que vigorou o chamado “Estado de bem-estar social” nos países do norte global, e os Estados desenvolvimentistas na periferia do capitalismo. O Estado de bem-estar estava caracterizado por organizações e sindicatos fortes, aonde a classe trabalhadora exercia uma enorme influência sobre salários e acumulação de capital, e também uma sociedade que efervescia com as lutas coletivas; principalmente a partir da década de 60, com o surgimento de inúmeros movimentos de caráter identitário e de classes, já os Estados desenvolvimentistas do pós-guerra se caracterizavam por um elevado crescimento econômico, expansão da urbanização e elevação do padrão de consumo das populações destes Estados. Diante de todo esse panorama (do período, que também ficou conhecido como trinta anos gloriosos), o sistema passou a ruir, e para Wolfgang Streeck (2018), isso ocorreu porque foi um resultado da resistência dos detentores do capital e daqueles que dele dispõem – da classe dos “dependentes do lucro” – às múltiplas restrições que o capitalismo foi obrigado a aceitar depois de 1945 para voltar a ser politicamente viável nas condições da concorrência de sistemas.

Sobre toda essa influência da dogmática mercadológica, o neoliberalismo avança constantemente na sociedade, e seus efeitos consistem em uma crescente exclusão social, desemprego estrutural e concentração do capital nas mãos de uma pequena parcela da

² Para saber mais, ler o artigo “Polêmica entre direita e esquerda sobre necessidades, políticas e direitos sociais: um confronto das ideias de Friedrich von Hayek e Raymond Plant” organizado por Potyara A. P. Pereira, Daniela Barros do Nascimento, Liliane Alves Fernandes, Mariana Macedo Queiroga e Narla Galeno de Aguiar.

³ Margaret Thatcher exerceu o comando do governo do Reino Unido no período de 1979-1990. Seu mandato foi caracterizado principalmente pela flexibilização dos mercados de trabalho, pela desregulamentação financeira e por sua batalha contra a influência dos sindicatos dos trabalhadores.

sociedade, o que faz as disparidades serem brutais, o que abre terreno para o surgimento de fenômenos deletérios na sociedade contemporânea, como a violência, a xenofobia, o racismo, e a ascensão de líderes com discursos extremistas.

Em uma sociedade aonde os vínculos de solidariedade e de comunidade no geral são vistos com um certo ceticismo, a captura dos indivíduos por meio de paixões e ódio se torna uma realidade, e cria assim uma atmosfera turbulenta de rivalidade, que permeia até mesmo as estruturas do Estado.

2.2. Estado

A respeito do Estado moderno, David Harvey (2014), afirma que este tem como premissa favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. O que significa que o Estado e as suas instituições são atores que tem o papel de garantir o ambiente favorável para as relações de mercado, de modo que exerçam pressão (regulação) de forma pontual e cautelar para preservar as relações de mercado.

Em uma arquitetura de Estado neoliberal, o que se vislumbra, segundo Azevedo (2018), é um aprofundamento desse processo, resultando na produção de um império do mercado sem limites: a destruição dos serviços públicos, a privatização de bens estatais e a negligência e o proveito do desemprego estrutural pelas forças de mercado. Aqui o livre jogo do mercado pode agir sem qualquer tipo de constrangimento, fazendo com que as instituições vinculadas ao Estado se abstenham de seu papel social, em nome de uma suposta liberdade e concorrência social, defendida pela retórica neoliberal. Essa forma de Estado arquitetada, reflete em grande medida na esfera democrática (tema que será abordado no decorrer deste trabalho).

Para Harvey (2014), os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental. Um exemplo paradigmático deste compromisso do Estado neoliberal com o sistema financeiro e suas instituições é observado durante a crise econômica global de 2008, em um contexto de ampla especulação e desregulamentação financeira, o sistema acabou entrando em recessão, fazendo com que as grandes empresas e os grandes bancos (que se denominavam *Too Big To Fail*) começassem a entrar em colapso, apresentando grandes déficits em seus balanços, o que ocasionalmente levaria estas a falência, mas devido ao efeito que a quebra destas empresas e destes bancos poderia ocasionar, e tendo em vista o compromisso do Estado neoliberal com a solvência destas instituições, foi feito um resgate, que no final das

contas garantiu a sobrevivência das instituições, à custa de um aumento brutal na dívida pública dos Estados.

Streeck (2018), observando as relações mercado e estatais, argumenta que existem dois grupos, o primeiro é o “povo do Estado”, que é caracterizado por cidadãos ligados a um Estado, diante do qual podem fazer valer seus direitos cívicos inalienáveis, expressando suas vontades por meio de eleições periódicas, e o outro povo ele denomina como sendo o “povo do mercado” que são definidos como investidores e estão ligados aos Estados nacionais por meio de contratos, que asseguram os direitos privados, direitos que se baseiam não em uma constituição, mas sim no direito civil.

Em uma análise acerca do domínio legítimo das atividades governamentais sob o mantra do neoliberalismo, Dardot e Laval, argumentam que:

O que está em jogo aqui é exatamente a *preservação da eficiência da ordem do mercado*, já que o elemento decisivo da confiança reside no fato de que o indivíduo possa contar com a aptidão do Estado para fazer com que as regras gerais sejam respeitadas e, ao mesmo tempo, com o respeito das regras gerais pelo próprio Estado. (Dardot e Laval, 2016, p. 175)

Ligando as análises levantadas por diferentes autores, observamos contundentemente uma característica fundamental e que alicerça em certa medida o Estado neoliberal, que são as relações contratuais. Como na conceituação de Wolfgang Streeck sobre os povos que se relacionam com o Estado, neste novo modelo de relações o primado se baseia no direito individual e privado, que assegura toda ordem do mercado, minando as incertezas que poderiam surgir com as pressões advindas do corpo político e social, reivindicações poderiam surgir como resultado de pressões populares, o que poderia culminar em legislações que afrontem o modelo de acumulação capitalista e, para o entendimento dos neoliberais ocorreria a captura do Estado por interesses diversos ao da liberdade econômica, que como vimos trata-se de uma manutenção das relações de força e dominação das classes dominantes e desmonte das políticas sociais..

O arcabouço do Estado neoliberal é representado por sua ausência em interferir nos assuntos da esfera econômica que possam gerar resistência dos detentores do capital, fazendo do Estado um mero intermediário que se exime do papel de promover uma justiça social para evitar as crescentes desigualdades observadas na sociedade. As exigências em prol de reduções de gastos, políticas de austeridade, reformas laborais, privatizações de ativos públicos e privilégios tributários para as classes mais abastadas, só tendem a fortalecer o Estado neoliberal

em detrimento de um modelo do Estado social. A seguir, analisaremos as estruturas da economia neoliberal e a relação desta com o Estado e a sociedade.

2.3. Economia

O sistema econômico é o principal campo das teses do neoliberalismo, e isso ocorre pelo fato da economia incidir sobre um leque muito amplo da vida social, que passa pela política, pelas estruturas do Estado, pela cultura influencia na vida material e subjetiva dos indivíduos. Os principais teóricos e ideólogos do neoliberalismo são em grande maioria economistas, como: Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ludwig von Mises, George Stigler e Frank Knight. Todos estes membros participaram da chamada “sociedade *Mont Pèlerin*”, uma organização fundada na década de 40 que reunia além destes autores, figuras de destaque para o pensamento ocidental, como o filósofo Karl Popper e o polímata Michael Polanyi. O objetivo deste grupo era a defesa e a promoção de pautas que tinha o livre mercado como pedra angular.

Eduardo Moreira (2020, p. 27) afirma que: “O fato de que um mercado mais livre gera uma sociedade mais rica e justa é tido como uma verdade absoluta pelos defensores da tese neoliberal.”. O conceito de livre equilíbrio e da “mão invisível”⁴ do mercado são tidos como otimizadores do bem-estar, aonde a livre negociação tende a fazer alocações perfeitas dos recursos escassos. Na economia neoliberal existe a concepção que a livre concorrência econômica tem o potencial de fornecer a inovação e, conseqüentemente, oferecer melhores produtos e serviços para os consumidores, enquanto monopólios, oligopólios e interferências estatais geram efeitos dúbios e desastrosos para a economia. Porém, como diz Azevedo (2018, p. 123) “O melhor modo de desmistificar a mensagem neoliberal consiste em contrastá-la com a realidade”. Após a ascensão do neoliberalismo na década de 80, o que se tem visto em diferentes países são crises sistêmicas na economia, derivadas principalmente do processo da mundialização das finanças e uma crescente tendência aos oligopólios. A respeito dos oligopólios, Dowbor (2018) observa que durante os últimos anos, com o aumento das fusões e aquisições, qualquer pessoa informada já percebe o fim do capitalismo concorrência e a substituição deste por oligopólios nas variadas cadeias produtivas. O trabalho de Dowbor joga luz também sobre um tema bastante recorrente nas economias modernas, a partir da década de 80, onde se observa uma ascensão dos níveis de concentração das atividades produtivas por meio de compras de ações e participações nas diferentes esferas das atividades econômicas, e

⁴ Em “A Mão Invisível”, Adam Smith demonstra esta ideia.

esse processo se deu principalmente pelo aumento das atividades financeiras, que possibilitam o controle e a aquisição de empresas por meio da compra de papéis.

Elflay Miranda (2004) no texto “A mundialização financeira frente ao neoliberalismo”, deixa claro que:

A mundialização impõe ainda, aos países que dela não participam diretamente, um sistema de adesão. Esta adesão exige dos governos uma abordagem comum à liberalização e a desregulamentação, mas também a regras únicas, referentes à política monetária e fiscal em relação a salarial. O sistema de adesão é também uma forma coercitiva dos Estados se adaptarem ao novo padrão econômico mundial.

A relação intrínseca entre o neoliberalismo e o processo contemporâneo de mundialização, elevou as pressões sobre os Estados nacionais, que diante da livre circulação e da integração de mercados a níveis globais se tornaram reféns dos grandes investidores e das multinacionais, que apresentam agendas econômicas impositivas, como, por exemplo: as reduções de tributação, que afeta a capacidade de investimento estatal, atrofiando o orçamento dos Estados, que diante deste cenário se vem incapacitados de fornecerem os serviços essenciais para a população. Só que este atrofiamento dos orçamentos públicos é objetivo declarado, a partir especialmente de uma agenda de austeridade e desmonte de serviços públicos, a própria lógica de Estado mínimo, professada pelas teses neoliberais e seus seguidores, vão por este caminho de redução da participação dos Estados nas agendas de investimento, em prol da iniciativa privada que se supõe realizar uma alocação ótima dos recursos escassos, fazendo com que os interesses dos detentores do capital se sobressaiam sobre os interesses públicos.

Como vimos até aqui, as teses neoliberais são idealizações de uma ortodoxia econômica que prega o livre equilíbrio dos mercados, porém, estas medidas em sua realidade fomentam uma massiva concentração de renda, que aflige a sociedade, atrofia o Estado e influencia toda a esfera econômica. Pensar na economia de mercado como uma instituição natural e que se autorregula trata-se de um engano, e imaginar que esta instituição dotada de super poderes e que tem *status* de transcendental possa gerar um bem estar, se demonstra cada vez mais insustentável, pois com suas características de financeirização, formações de oligopólios e concentração de renda, a economia neoliberal provoca uma estagnação na economia mundial, que vive constantemente de solavancos, entre crises e períodos episódicos de estabilização, sem mais uma continuidade de crescimento sustentável que pudesse beneficiar uma maior geração de riqueza e de redistribuição. Harvey (2014), analisando os períodos de

Ronald Reagan⁵ como presidente dos Estados Unidos e de Margaret Thatcher como primeira-ministra do Reino Unido, observa que, apesar do desabamento das taxas de inflação no período em que estes estavam no poder, as taxas de desemprego por outro lado aumentaram, com uma média de 7,5% nos Estados Unidos sob o comando de Reagan e mais de 10% no Reino Unido de Thatcher. Harvey ainda observa que com os cortes em benefícios sociais e em despesas com infraestrutura o que se teve foi: “uma estranha mistura de baixo crescimento e crescente desigualdade de renda.” (p. 98), o que mostra que o receituário neoliberal não compactua com uma economia dinâmica que promova o pleno emprego e a redistribuição das riquezas, geradas pelo crescimento econômico.

⁵ Exerceu o cargo de presidente dos Estados Unidos entre 1981-1989. Seu mandato foi marcado por medidas de desregulamentação na economia, redução de gastos e corte de impostos.

3. Financeirização

A economia mundial no último quarto do século XX trouxe a ascensão de um novo mecanismo de acumulação de capital, colocando desafios teóricos e metodológicos para a sua análise exigindo que novos conceitos fossem apreendidos para o reconhecimento da nova configuração de poder e distribuição da riqueza global. Trata-se do processo crescente de financeirização das economias no mundo que, aliado ao avanço do neoliberalismo desde a década de 80, responde por uma reorganização produtiva e assimetrias de poder político frente a sociedade civil, manifestada aqui pela lógica do mercado e seus porta-vozes. Dando embasamento para a observação anterior a respeito da complexidade de se sintetizar o que seria a financeirização, Ricardo Carneiro (2019), argumenta que:

A natureza e dinâmica dessa nova etapa do desenvolvimento capitalista, caracterizado pela ampla desregulação dos mercados, em particular o financeiro, vigente desde os anos 1980, após a derrocada do regime de capitalismo regulado ancorado nas instituições de Bretton Woods, têm sido objeto de reiteradas controvérsias, quanto ao seu significado e implicações. (Carneiro, 2019, p. 294).

Para compreender a ascensão da financeirização como forma específica de acumulação de capital precisamos analisar a estrutura que, pois este mecanismo paira sob toda a atividade econômica capitalista. As aplicações financeiras, as compras de títulos de dívidas públicas, a aquisição de ações, as compras de *Swaps* cambiais, tudo isso se insere no guarda-chuva da financeirização, um processo que afeta em larga escala as atividades produtivas, que incluem desde as atividades primárias até as atividades do terceiro setor da economia. Em diferentes graus a financeirização está presente nestas atividades, seja por meio de especulações financeiras (buscando retornos em curto prazo), ou por meio da venda ou compra de ações para alavancar a capitalização de recursos para as atividades econômicas.

Carneiro (2019), em um artigo que busca elucidar a financeirização sob o aporte teórico de autores como Karl Marx, John Keynes e Hyman Minsky, faz um copilado do que podemos entender como financeirização em suas respectivas abordagens teóricas. Em Marx, temos o conceito de capital fictício, que é formado por um circuito que transforma o dinheiro em um objetivo em si mesmo, isso quer dizer que nesta perspectiva o dinheiro deixa de ser um intermediário para a efetivação de trocas e passa a ser o objeto comercializável, onde os indivíduos almejam uma maior obtenção deste objeto, o que acaba se criando um “comércio do dinheiro”. Carneiro observa que: “De uma forma direta, o dinheiro torna-se o objetivo último da troca porque ele é o representante geral ou equivalente das mercadorias.” (p. 295).

Na concepção de John Keynes sobre financeirização encontramos o conceito de especulação que, segundo Carneiro, em uma economia monetária de produção (objeto central da doutrina *Keynesiana*), a insuficiência de demanda efetiva e a tendência permanente de desemprego são frutos da especulação na circulação financeira, essas tendências podem ser explicadas pelo conceito de preferência pela liquidez que os agentes econômicos têm. O que significa dizer, grosso modo, que em vez de usar o dinheiro para gerar demanda na economia real, os agentes optam por reter estes valores em forma monetária. Carneiro (2019, p. 302) diz que: “O conceito de preferência pela liquidez ressalta o caráter de riqueza involucrado na moeda. Aqui, o importante, para os detentores de riqueza, é a escolha entre moeda e outras formas de riqueza mobiliária, ou seja, títulos.”.

O conceito Keynesiano para a financeirização dialoga em grande medida com a abordagem marxista, em que se observa os mecanismos de financeirização através da centralidade dos mercados financeiros e da especulação como acumulação fictícia. O “mercado de dinheiro” que torna a obtenção monetária um fim em si próprio, se interliga com a concepção de Keynes de especulação, onde o especulador e o rentista tem preferência pela liquidez, e que está em busca de uma maior obtenção de valores monetários no mercado, que se expressa na acumulação deste meio de troca.

Por fim, Ricardo Carneiro vai observar a análise de financeirização em Hyman Minsky, que utiliza o conceito de instabilidade financeira. O investimento produtivo (investimento em ativos instrumentais) é uma ideia chave que define a dinâmica da economia capitalista para Minsky, e que a decisão de investimento é necessariamente intermediada pelos mercados financeiros que distorcem e modificam os parâmetros para esta decisão. Para o autor, os mercados são canalizadores de investimento, aonde a atividade produtiva busca o financiamento, seja através de créditos bancários, por intermediários financeiros ou através de emissões de ações ou títulos. Este processo é uma das características marcantes da financeirização, aonde empresas e agentes se inserem no mercado financeiro para realizar a captação de valores, onde conseguir parcelas de participações acionárias, com a objetivação de retornos financeiros são o objetivo principal.

O artigo de Ricardo Carneiro nos situa acerca do conceito de financeirização e suas principais abordagens da economia política, porém, como mencionado anteriormente, trata-se de um tema de difícil síntese. Ainda assim, as contribuições de Marx, Keynes e Minsky nos dão um direcionamento para que possamos compreender esse fenômeno à luz da conjuntura contemporânea.

A partir dessa discussão, a conclusão que podemos chegar é que a financeirização trata-se de uma busca incessante dos agentes por valores monetários via mercado financeiro, e essa busca se expressa tanto na busca por dividendos pelos acionistas quanto pelo retorno de juros pelos rentistas. Adiante iremos fazer uma abordagem ampla que levanta suposições, críticas e análises sobre a financeirização.

3.1. Panorama da financeirização

O processo de financeirização tornou o mercado financeiro um protagonista com vasto poder político e influência nas políticas econômicas internas e externas em vários países. Segundo Belluzzo e Galípolo (2017), este cenário de comando dos mercados financeiros (em especial os anglo-saxões) surgiu principalmente a partir da recuperação do dólar em 1979, que acabou gerando um novo regime de coordenação na economia mundial. Os fluxos de dinheiro e de especulações cresceram em uma velocidade atordoante e, com o advento das telecomunicações e da informática, a dinâmica financeira passou a exercer uma influência tão forte que molda as sociedades e os Estados. Tanto que para Belluzzo e Galípolo:” hoje em dia, a palavra de ordem é fazer genuflexão diante dos poderes da finança.” (p.70).

Em um livro em que faz um levantamento acerca dos processos de financeirização e de desdemocratização no Brasil, o professor Daniel Bin (2020), elucida que:

Estamos em um momento da história em que a lógica financeira se impõe não apenas sobre a economia, mas sobre a vida social em geral. Padrões de comportamento antes relativamente restritos aos domínios capitalistas privados amplificam-se para esferas sociais diversas, como educação, cultura, segurança, saúde, previdência etc. Quase tudo que puder, com algum esforço de convencimento, ser considerado mercadorias tem sido levado na direção da constituição de novos mercados. (Bin, 2020, p. 31-32).

Esta nova arquitetura da economia, que tem a financeirização como principal motor, sucumbe todas as esferas em direção da maximização e geração de valores monetários, aonde os investimentos em busca de retornos são o principal objetivo. Nesta nova perspectiva, tudo tem o potencial de se tornar um produto das finanças: educação pública, saúde, habitação, até mesmo necessidades básicas dos seres humanos são objetos desta financeirização, exemplos são os setores de água e energia que estão sob a influência deste domínio. Os agentes de mercado veem nessas áreas a possibilidade de disputa e expansão de atividades especulativas e de retorno financeiro.

Por outro lado a financeirização também se caracteriza por drenar recursos de atividades verdadeiramente produtivas na economia, tendo em vista que a especulação é peça chave das finanças, os agentes que operam neste mercado buscam retornos rápidos e que não

representem perigos para as suas operações e, de forma prática, atividades produtivas podem levar tempo para gerar retornos, enquanto atividades improdutivas, como a compra de títulos de dívida soberana e aplicações financeiras, tendem a garantir recompensas com menores riscos e maior domínio dos prazos estabelecidos. Ladislau Dowbor (2018), observa muito bem esta característica da financeirização – que para ele ocorre quando uma economia recompensa mais o capital improdutivo do que o produtivo – significa que esta economia está em um processo de financeirização, e isto pode levar retrocessos em todos os campos, Dowbor argumenta que:

Todos ouviram falar da financeirização, mas poucos se dão conta da profundidade da deformação generalizada dos processos econômicos, sociais e ambientais, provocada pela migração dos nossos recursos do fomento econômico (por meio de investimentos) para ganhos improdutivos (por meio de aplicações financeiras). (Dowbor, 2018, p. 155).

Se observarmos a dinâmica da economia capitalista, ela exige o investimento paciente e de longo prazo para gerar crescimento, emprego e renda, agora, se este investimento estiver apenas caracterizado por busca de benefícios a curto prazo, o que observamos é uma espiral de baixo crescimento, pouco emprego e concentração de renda, que é o que caracteriza a economia mundial desde o início dos anos 80.

Podemos analisar os agentes que estão por trás deste processo de financeirização e que são os grandes “manda-chuvas” dos mercados financeiros. Em sua grande maioria este setor é representado pelos grandes bancos, pelos fundos mútuos e pelas tesourarias das corporações que, para Belluzo e Galípolo (2017), são sujeitos dotados de grande poder financeiro e de influência sobre a “opinião dos mercados”, aonde os grandes bancos são os principais fornecedores de recursos para a jogatina do mercado financeiro, e também são agentes ativos que participam em larga escala das compras e vendas de papéis que circulam. Já os fundos mútuos são as instituições que estão constantemente aplicando os recursos de seus clientes na busca de maximização de lucros, essa busca incessante drena bastante capital, que em muitas das vezes acabam indo para investimentos obscuros, que no final das contas acaba punindo o cidadão comum caso esse investimento não gere retornos. O exemplo mais contundente destes fundos são os de pensões, que abrigam em sua maioria recursos de aposentadorias. Se a aposta do mercado dos fundos de pensão der errado, o resultado será milhares de aposentados desassistidos.

Por último, as tesourarias das corporações, responsáveis pela capitalização e pelos balanços das empresas, tem o poder de modificar o comportamento nos mercados, quando

apresentam os resultados e saldos das empresas, gerando euforia ou tendências de baixa nas bolsas de valores, ocasiões que formam o ambiente ideal para a especulação.

Todos estes agentes têm o poder não somente dentro dos mercados financeiros, mas também o poder de modificar e influenciar governos e políticas econômicas a serem aplicadas. Como observado no capítulo anterior, todas estas instituições exercem uma influência que colocam agendas impositivas para que os seus lucros possam ser progressivos e que estas não sejam objeto de regulação, ocasionando, por outro lado, obstáculos a soberania nacional e respostas aos interesses de toda a sociedade.

4. Desdemocratização

O perfil das democracias representativas pressupõe que os cidadãos escolham representantes entre eles que possam reproduzir as demandas da coletividade perante as instituições do Estado, em tese o representante estaria ali para fazer valer a vontade e as demandas dos cidadãos eleitores, porém, a desdemocratização se demonstra tão acentuada, que até mesmo os representantes eleitos são incapazes de furar a bolha das instituições do Estado, em muitas vezes se observa até impotência dos representantes em construir propostas que surtem por vias de demandas sociais.

O tema da desdemocratização passou a ocupar os principais periódicos de política mais recentemente, em um período que vai desde a crise de 2008 até os dias atuais, se montou um diagnóstico que demonstra que vários países do mundo enfrentam uma crise em seus sistemas de democracia representativa e institucional e o pêndulo se move para uma desdemocratização. Esse fenômeno atinge até mesmo as democracias ocidentais consideradas já consolidadas, como no continente europeu e nos Estados Unidos da América. Estruturas estatais e sociais que antes eram consideradas baluartes da liberdade e da democracia acabaram sucumbindo ao perverso processo de desdemocratização, que causa a destruição do Estado participativo, e um desmonte das políticas voltadas para a maioria da população.

A desdemocratização também se expande no sul global, países que no século passado conviveram em grande medida com a mão forte do autoritarismo, hoje se veem assombrados novamente com estas ameaças, com a ascensão de líderes com discursos de ataque às instituições conquistam cargos públicos e espaços midiáticos, ou ainda, nos casos quando políticos democraticamente eleitos sofrem tentativas de golpes, não somente militares como historicamente ocorre nessa região, mas também em uma nova dinâmica através de manobras político-jurídicas e parlamentares que culminaram muitas vezes com a cassação destes líderes. Mas a desdemocratização não se observa somente nestes atos de tomada do poder pela força ou pela cassação de líderes eleitos (ou ainda dos atos de violência que são submetidos), também pode ser observada quando a esfera de participação e de influência popular é esvaziada e encapsulada, quando as políticas de Estado perdem sua capacidade de serem influenciadas pela participação direta e também se negam ao processo de educação para o debate público, passando a ser guiada por visões e por indivíduos com lógicas tecnocráticas que buscam manter a população a distância para que estes não exerçam pressão nas estruturas

do poder, isso leva a um esvaziamento da decisão pelo “*demos*”⁶. Tipo essa expressão de desdemocratização é observada em grande medida nos Estados que adotaram o receituário neoliberal, tanto que ao abordar o avanço do neoliberalismo, Harvey (2014), escreve que:

A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de decisões democrática e parlamentar. (Harvey, 2014, p. 77).

O atrofiamento da democracia sob esta lógica acaba minando todos os esforços da grande maioria dos cidadãos em exercer influência sobre o destino político a que estão subordinados. Políticas econômicas, sociais, de educação e habitação, só para citar algumas, acabam fugindo da esfera de poder decisório da maioria e submergindo no âmbito da tecnocracia, que levam pouco ou nada em conta os anseios e as necessidades populares. Esta desdemocratização que exalta as fórmulas dos especialistas em detrimento dos interesses daqueles que são realmente afetados por essas medidas, pressupõe diretrizes de eficiência e racionalidade, e que no ponto de vista dos técnicos seria o melhor para o Estado e para a sociedade, considerando pouco relevantes ou dispendiosas à participação direta, porém, ao longo do tempo, a tendência que observamos é que estas receitas técnicas e burocráticas geram disparidades na sociedade, favorecendo que apenas os anseios de uma pequena classe sejam atendidos e as vontades da maioria da população são reduzidas ou tidas como pautas populistas que devem ser barradas para que não gerem distorções no funcionamento do Estado e variáveis que fujam desse controle.

O sentimento de falta de participação e de impotência perante os processos decisórios acaba por afastar boa parte da população da esfera democrática. Streeck (2018) faz um levantamento a respeito destas características de desdemocratização, observando suas consequências como o declínio da participação popular em eleições. O autor observa que este processo se acentuou nas décadas recentes, onde se teve uma alavancagem do insulamento das instituições, onde permitindo que dogmas tecnocráticos passem a vigorar. Mas a observação central de Streeck a respeito da desdemocratização se dá pelo fato de os Estados pararem de atender as suas populações. Basicamente, interrompem as preocupações com o fornecimento de políticas públicas para os seus cidadãos e concentram maiores esforços em como honrar

⁶ A palavra “Demos” vem do grego, e significa: Povo.

compromissos de dívidas e priorizar os seus credores, tornando a máquina estatal um aparelho que se norteia para gerar confiança e rentabilidade para os financiadores da dívida. Então, a atividade democrática fica comprometida quando se observa uma redução da participação, especialmente das classes mais baixas, tendo em vista que o desmantelamento da participação popular e de políticas sociais afetam esta parcela da sociedade, enquanto dirigentes da classe dominante continuam a participar dos processos de decisões, porque é para esta classe o Estado direciona todos os seus esforços.

Na contemporaneidade, os processos de desdemocratização podem ser observados de forma cada vez mais comum e dialoga em sintonia com as práticas do neoliberalismo, onde se desconstrói o modelo de um Estado em que a participação popular é o pilar da sociedade e o substitui por um modelo norteado por dogmáticas de Estado mínimo, austeridade e liberdade individual difusa, fazendo com que até os valores democráticos sejam postos em xeque. Wendy Brown (2021), ao destrinchar as perversidades desta forma de desdemocratização, deixa claro que:

Gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder: várias décadas dessa hostilidade multifacetada à vida política democrática geraram em populações neoliberalizadas, na melhor das hipóteses, uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e, na pior, opróbrio em relação a ela. (Brown, 2021, p. 71).

A sociedade passa a se questionar sobre a existência e a eficiência dos valores democráticos, e se de fato os indivíduos estão mesmo a viver sob uma democracia, se a voz ativa destes cidadãos é levada em consideração. A princípio se cria um pano de fundo para tentar demonstrar que as pessoas serão ouvidas e que as suas vontades podem ser expressas, mas reduzindo o campo democrático ao mero ato individual de depositar o voto na urna, comprimindo a democracia como simples eleições periódicas. A participação direta fica restrita e se apresenta como único horizonte, porém, ao se aprofundar nas demais ramificações que a democracia pode influir, o que se observa é um amplo *déficit* democrático ou mesmo a constituição de experiências antidemocráticas. Um exemplo emblemático de desdemocratização nos países capitalistas atualmente, especialmente aqueles que se situam na periferia do sistema, é a agenda de independência dos bancos centrais, enfraquecendo a autoridade política e as moedas locais, isso respaldado, novamente, por uma retórica tecnicista de falso controle social, quando na verdade, asseguram que essas instituições se protejam das pressões populares que possam surgir. Ou seja, a autoridade monetária que dita os rumos da economia (economia que tem o potencial de influenciar diretamente sobre a condição de vida

da população), torna-se refém de elementos tecnicistas e porta-vozes dos interesses do mercado financeiro, que conseguem articular nomeações e ampliam seu poder político, guiando a política creditícia muitas vezes em detrimento das necessidades sociais mais imediatas da população, deixando esta de mãos atadas perante tais decisões.

O Estado moderno foi tomado pela aparente racionalidade de otimização e eficiência, mas como notamos, sacrifica-se importantes processos democráticos. Se faz do aparato estatal e das suas instituições meras ramificações do setor privado, pois são aqueles que detém poder político e econômico para influenciá-las. Tendo isso em vista, Belluzo e Galípolo (2017), afirmam que:

A burocracia do Estado passou a adotar a “racionalidade” privada na gestão da coisa pública e isso afetou o comportamento de todos os agentes públicos, desde as empresas até os órgãos encarregados de administrar a justiça, para não falar das políticas de saúde, educação, transporte de massa, entre outros. (Belluzo; Galípolo, 2017, p. 38).

Com esta lógica segue-se o afastamento da sociedade civil da coisa pública, fazendo com que o discurso de deixar a administração com os “capacitados” e técnicos contagie a participação ativa e democrática dos cidadãos. O espaço da democracia se colapsa e abre caminho para a concentração tecnocrática de poder onde as instituições públicas passam a ser administradas como negócios particulares.

Quando olhamos para o panorama da democracia nas últimas décadas, observamos claramente a paulatina retirada dos setores da sociedade civil dos núcleos de decisão, setores que podem pressionar e reivindicar são esvaziados e rechaçados, no intuito para que estes se distanciem e porem de influir na política. Movimentos organizados de trabalhadores, movimentos de gênero, cultura e de povos, são tidos como demasiadamente reivindicatórios, e que poderiam gerar colapso nas instituições do Estado com suas exigências, por outro lado os setores vinculados com os detentores do capital são setores amplamente consultados e que conseguem se inserir no ferrolho da tecnocracia. Como colocado por Wolfgang Streeck (2018), as classes mais abastadas se inserem no jogo democrático participativo de forma desigual, pelo fato de terem os anseios atendidos prioritariamente.

Esta nova arquitetura do poder carrega consigo as perversidades do aumento da miséria, do aumento da intolerância, das desigualdades sociais e da degradação ambiental, aonde os cidadãos comuns são as maiores vítimas e que pagam o verdadeiro preço da captura da democracia por forças que se guiam pelo dogma da “eficiência neoliberal” e pelo interesse

privado. A respeito dessa captura, Dowbor (2018), discorre sobre mecanismos como *lobbies* e financiamentos de campanhas, como forma de render os representantes políticos para que estes apliquem seus interesses corporativos. Esses mecanismos apresentam também outras características, que vão para além do âmbito do controle estatal, como instituições de ensino e veículos de informação utilizados ideologicamente para solidificar tais princípios e legitimar tais concepções perante a opinião pública. Ao dar um ar de cientificidade e de racionalidade, essa captura do poder se alicerça em parte do imaginário popular como inquestionável e suas regras passam a ser tidas como verdades que guiam para um estágio mais elevado de sociedade, aonde a gestão privada e corporativa controlariam idealmente todos os processos de decisão. De certa forma este estágio já é observado e sua ascensão caminha a passos largos, porque o poder corporativo tornou-se sistêmico, capturando uma a uma as diversas dimensões de expressão e exercício de poder, e gerando uma nova dinâmica na disputa dos interesses públicos e privados.

Aqui se observa um declínio democrático que não recorre a força das armas, trata-se de um movimento comumente silencioso e que, mesmo sem alardes, consegue se tornar exitoso, na verdade, essa espetacularização pode ser até prejudicial para os atores que estão no comando, pois tal dominação necessita de discrição e de uma aparente conduta democrática para que operem sem o risco de se tornarem alvos de críticas e a alcunha de autoritários.

A desdemocratização, como analisamos, não é fruto do acaso, ela vem se arrastando ao longo de décadas, e suas raízes coincidem com a ascensão do neoliberalismo e da financeirização, variáveis decisivas para refletirmos sobre os casos paradigmáticos de desdemocratização. A dogmática neoliberal com seus mantras de redução do Estado, e a financeirização como setor que abriga os detentores de vultuosas somas de dinheiro, que se convertem em poder político e a acentuação deste processo faz agonizar a democracia em escala global, que passa a conviver com as tormentas sociais oriundas da desdemocratização.

5. Brasil, um caso paradigmático

Nos capítulos anteriores tentamos mostrar um panorama da situação em que o Estado, a democracia, a sociedade e a economia estão inseridas nestes últimos tempos. Desde o início, quando observamos as estruturas do neoliberalismo, passando também pela análise da financeirização e da desdemocratização, vimos que de certa forma esses três conceitos se associam, o que nos dá a possibilidade de uma articulação para realizar a análise de casos paradigmáticos que se apresentam em nosso horizonte.

Essa análise procura apresentar em sua conjuntura todas as deformidades que foram apontadas até aqui, a ascensão de uma tempestade neoliberal com suas ramificações financeira e desdemocratizante, que pôs de joelhos toda a sociedade, onde passou a se observar uma avalanche de pautas de mercado, recrudescimento da influência dos poderosos sobre o Estado e o atrofamento da democracia. Assim, o Brasil representa um espaço emblemático da consonância entre essas categorias, isso se deve ao fato de se ter observado neste país nos últimos anos toda uma conjuntura que se aproxima do que fora analisado nos capítulos anteriores, nos dando um terreno fértil para a realização de um levantamento que evidencie empiricamente a nossa tese.

A conjuntura neoliberal que leva ao contexto de desdemocratização se observa principalmente no decorrer do período pré e pós golpe de 2016, que depôs a então presidenta Dilma Rousseff. Uma liderança democraticamente eleita, que teve seu mandato usurpado por um conluio que envolveu o mercado financeiro, a grande mídia e as aspirações neoliberais, manifestando-se nos espaços institucionais dos demais poderes, o legislativo e o judiciário, provocando uma grande tormenta nas estruturas sociais, econômicas e em termos governamentais, tormenta que se arrasta até os dias atuais. Esse processo resultou em um desmonte das políticas sociais o insulamento do Estado e uma guinada em direção aos dogmas de mercado, a pressão por contrarreformas e retirada de direitos sociais, permitindo que a imposição de pautas de caráter econômico-ortodoxo passasse a orientar todo o funcionamento do Estado. Para nos situarmos melhor no caso do Brasil, é importante enfatizar que a financeirização tem como principais protagonistas rentistas que detém os papéis da dívida soberana. São estes os grandes articuladores que pretendem que o Estado brasileiro atenda aos seus anseios particulares e, diante disso, são atores importantes no tabuleiro do poder, operando como financiadores de campanhas políticas, *lobbies* e grupos de pressão, permitindo que influenciem em decisões jurídicas, econômicas e políticas, como ocorreu no golpe parlamentar

perpetrado em 2016, representativo de um severo retrocesso para as forças democráticas que viram o poder se direcionar para um grupo de tecnocratas e para uma pequena elite de rentistas.

Para este caso que pretendemos destrinchar, será usado uma metodologia que compreende a articulação dos temas vistos anteriormente para que possamos inserir o caso brasileiro neste rol de modelo de Estado neoliberal e desdemocratizante. Como guia, utilizaremos referências diversas que possam nos dar suporte sobre o período que se estende antes e depois do golpe de 2016 (período chave que se observa essa mudança na correlação de forças), com a cronologia dos fatores que levaram ao processo de impedimento da ex-presidenta, a forma em que a atuação do mercado foi crucial para o desfecho deste caso e, subsequentemente, a captura do Estado pelos interesses desse agente. O levantamento das notícias publicadas pelos periódicos na época a respeito do governo e sobre o comportamento do mercado financeiro no desenrolar do processo de impedimento nos permite apresentar esse argumento, como uma forma de demonstrar o papel tanto do mercado quanto da mídia na construção do consentimento de uma nova estrutura neoliberal.

5.1. Período antecedente ao golpe

Para entendermos melhor o que ocorreu no caso brasileiro temos que fazer o levantamento do panorama que vigorava antes da tomada do poder pelas forças neoliberais. O Brasil já apresentava períodos de ritmo acelerado de crescimento, destacando-se em medidas de políticas de inclusão social, o fortalecimento do desenvolvimento interno, impulsionado sobretudo pela expansão do mercado consumidor e por uma explosão da demanda de *commodities* no mercado global. As taxas de crescimento do país chegaram a bater 7,5% no ano de 2010⁷, mostrando o robusto avanço que a economia estava experimentando mesmo após a crise financeira global eclodida em 2008. Para os anos de 2011 e 2013, o país ainda crescia a uma média de 3% ao ano⁸, mesmo com a severa recessão global, sustentava uma taxa considerável de crescimento, isso graças também a política econômica adotada no primeiro mandato de Dilma Rousseff, que incluía medidas anticíclicas com medidas de expansão fiscal, que visavam em suma incentivar o investimento e o consumo. Gomes (2020), elenca as principais medidas da política econômica de Dilma, e elucida que no período do primeiro mandato da presidenta se teve uma queda da taxa básica de juros, que chegou a 7,25%, que visava aumentar a produtividade industrial e, conseqüentemente, uma expansão do mercado

⁷ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13983-asi-em-2010-pib-varia-75-e-fica-em-r-3675-trilhoes>.

⁸ Ver “Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais”, artigo publicado por Marcel Balassiano no Portal da FGV.

interno, pois também foi observado uma pressão para a redução dos *spreads* bancários. Em outra alçada, o governo ainda incentivou a redução das tarifas de energia e tentou, via renúncia fiscal, desonerar fiscalmente a indústria. Também outras formas de dar sustentação ao crescimento são observadas nas políticas sociais, como o bolsa família⁹ e o Minha Casa, Minha Vida¹⁰, e nas políticas de infraestrutura como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹¹.

A partir de 2013, já no penúltimo ano do primeiro mandato da presidenta, a classe rentista já se mostrava insatisfeita com as políticas econômicas que estavam sendo praticadas¹², as políticas expansionistas estavam a ameaçar a rentabilidade dos detentores dos títulos da dívida, Dowbor sustenta que:

Na passagem de 2012 para 2013 o governo Dilma começa a reduzir progressivamente a taxa de juros sobre a dívida pública, chegando ao nível de 7,5% ao ano, para uma inflação de 5,9%, aproximando-se das taxas praticadas na quase totalidade dos países. Isto gerou uma revolta por parte dos bancos e por parte dos rentistas em geral. (Dowbor, 2018, p. 33-34).

Toda a política econômica que se observava neste período se contrapunha aos anseios da classe financeira rentista, que diante deste cenário passou a pressionar para a volta de uma taxa Selic com maior rentabilidade, e isso se somou a uma tempestade de protestos que já estavam em marcha durante o ano de 2013¹³. O oportunismo político com a mídia e os agentes de mercado, representado sobretudo pelos bancos, acabaram conseguindo forçar o governo a elevar a taxa Selic.

“Neste momento existia uma pressão para que as taxas fossem elevadas, sob a argumentação monetarista de se frear um possível descontrole da inflação, para Gomes (2020) o que realmente existiu foi uma campanha através da mídia por parte dos bancos e agentes do rentismo brasileiro para frear uma inflação inexistente, que ele vai denominar de “inflação do tomate¹⁴”. No final das contas a taxa básica de juros se elevou em 6 das reuniões realizadas pelo Copom, e já no fim do ano de 2013 já estava na casa dos dois dígitos, a 10% ao ano, para

⁹ Política de distribuição de renda, criada pelo governo federal no ano de 2003.

¹⁰ Programa de acesso a moradia, criado em 2009 pelo governo federal.

¹¹ Programa lançado em 2007, que teve como objetivo impulsionar o crescimento econômico brasileiro, foi focado principalmente em áreas da infraestrutura como: saneamento, habitação e transportes.

¹² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/02/politica/1386018498_899299.html

¹³ As jornadas de junho de 2013 foram uma série de protestos, que no início teve como principal bandeira a crítica ao aumento das tarifas de transporte público, porém, no desenrolar das jornadas outras pautas foram se incorporando, como a reivindicação por serviços públicos de qualidade e a crítica ao *establishment* político.

¹⁴ Expressão usada para indicar que a inflação apresentou aumento devido a variação de poucos produtos que compõe a cesta do IPCA. Produtos que muitas das vezes sofrem altas devido a sazonalidade.

uma inflação que fechou o ano calendário de 2013 em apenas 5,91%, fazendo com que o Brasil entrasse novamente no *ranking* de países com as maiores taxas de juros reais do mundo¹⁵.

Neste arranjo do mercado e da mídia para a elevação das taxas de juros, vemos os traços do neoliberalismo e dos agentes da financeirização guiando a política monetária de um país. O temor da inflação é usado há várias décadas pelos entusiastas do neoliberalismo para justificar as altas das taxas de juros. No caso brasileiro é mais dramático dado o histórico que o país vivera nas décadas de 80 e 90, quando a inflação assombrava toda a população, assim, desde o fim deste período de severa inflação, as classes rentistas têm usado deste mecanismo para salvaguardar seus benefícios, as dogmáticas de mercado passaram a respaldar esse rentismo, que vê na chamada responsabilidade fiscal e na política monetária contracionista a garantia de seus lucros.

5.2. O começo da captura do poder

As eleições presidenciais de 2014 foram realizadas em um cenário em que as pressões sobre o governo da então presidenta Dilma Roussef estava acirradas, fazendo com que a disputa eleitoral daquele ano se tornasse uma das mais apertadas da história democrática brasileira. Na conjuntura das eleições, as pressões do mercado financeiro, da mídia e dos protestos do ano anterior ainda pairavam sob o governo e, junto a tudo isso, ainda se observou neste período a deflagração da Operação Lava Jato, uma série de investigações sobre corrupção ativa que, espetacularizadas por amplos setores da mídia, atingiu em cheio o *establishment* político. Diante desta “tempestade perfeita” o governo se viu em uma verdadeira encruzilhada, ao tempo que as pesquisas de opinião apontavam para uma queda da popularidade da presidenta. Em 19 de junho de 2014 a Folha de São Paulo publicava uma pesquisa da CNI/Ibope, onde dizia que: “Popularidade de Dilma cai de 36% para 31%.” Apesar de todos os percalços, a presidenta consegue por uma pequena margem, no segundo turno, a vitória que a reconduz ao poder, porém, novas dificuldades para o seu novo mandato surgiam. Já na semana seguinte à eleição o candidato derrotado no segundo turno, Aécio Neves, buscou junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma forma de questionar os resultados da eleição, ao pedir uma auditoria dos votos, sob a argumentação de que havia “desconfianças da sociedade” sobre a veracidade do resultado das eleições¹⁶.

¹⁵ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/26/com-alta-da-selic-brasil-mantem-maior-taxa-real-de-juros-do-mundo.htm>

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>

No decorrer dos meses seguintes houve uma avalanche de ataques contra o governo, o que acabou culminando, em certa medida, na fragilização e consequente submissão do governo aos anseios do mercado financeiro, Santos (2017, p. 180) diz que: “Mal havia o tremor das ruas reduzido de intensidade, Dilma Rousseff inaugurou o segundo mandato anunciando surpreendente e assustador programa de austeridade e de ajuste fiscal.”. O início do segundo mandato também foi marcado sob forte pressão da mídia hegemônica que representavam os interesses da financeirização. Dado o contexto de polarização que se apresentou, o governo preferiu optar por seguir o caminho da dogmática neoliberal e, pelo lado dos eleitores e apoiadores do governo eleito, essa mudança brusca na condução econômica criou uma espécie de sentimento de estelionato eleitoral, o que acabou representando um declínio expressivo de sua aprovação, que já no início de 2015 já estava na casa dos 44% os que consideravam o governo ruim ou péssimo.

Bin (2017) define esta guinada do governo como uma forma de tentar se reconciliar com as finanças, para ele o governo acenou para o mercado quando:

Primeiro, escolheu como ministro da Fazenda um executivo de um grande banco privado. E outra medida na linha pró-finança foi a minirreforma previdenciária decretada no final de 2014. Por meio das medidas provisórias números 664 e 665, de 30 de dezembro daquele ano, o governo modificou regras visando a restringir concessões de benefícios trabalhistas e previdenciários. (Bin, 2017, p. 250)

Só que a máquina da classe financista e seus porta-vozes na mídia tradicional ainda não se davam por satisfeitos, seguiam acusando o governo como ineficaz e incapaz de gerir a crise, imputando aos gastos sociais e ao tamanho do Estado como responsáveis pelos *déficits* fiscais que foram observados no ano anterior. As contas fiscais de 2014 e o baixo crescimento apresentado neste ano foram usados como artilharia para os ataques ao governo, editoriais de grandes jornais e os analistas desses conglomerados constantemente destacavam manchetes como: “Contas do setor público têm primeiro *déficit* da história em 2014”¹⁷, “Governo Dilma registra déficit de R\$ 17,2 bi em 2014, pior resultado desde 1997”¹⁸, “Contas públicas tem rombo de R\$ 32,5 bi em 2014”¹⁹, “PIB sobe 0,1% em 2014, o pior desempenho do 1º mandato

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/contas-do-setor-publico-tem-primeiro-deficit-da-historia-em-2014.html>

¹⁸ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/governo-dilma-registra-deficit-de-r-17-2-bi-em-2014-pior-resultado-desde-1997/>

¹⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/contas-publicas-tem-rombo-de-r-325-bi-em-2014>

de Dilma”²⁰, “Crescimento de 0,1 do PIB em 2014 reafirma fragilidade da economia brasileira, avalia FecomercioSP”²¹.

Em sua grande maioria estas matérias vinham com acusações de ingerência por parte do governo, que a mídia justificava graças as altas despesas, o baixo crescimento e as desonerações para alguns setores acabaram gerando aquela situação. Ou seja, modos de não somente atacar o governo, mas um modelo de Estado que tentava nos últimos anos, forçosamente, se afastar do ideário neoliberal. Pelo lado das despesas é importante observarmos que os repasses feitos para o serviço da dívida chegaram a valores astronômicos, batendo a casa dos 251 bilhões em 2014 segundo Dowbor (2018). A escolha da campanha midiática e dos conglomerados financeiros preferiam apontar um outro inimigo, o “Estado inchado”, a “nova matriz econômica” e os “demasiados gastos sociais”, o puro núcleo do pensamento neoliberal aparecia nestes editoriais. O espaço para que o mercado financeiro barganhasse medidas e mesmo chegasse ao poder estava aberto, conquistando a pasta máxima do Ministério da Fazenda, colocando um agente de seus interesses no coração da administração econômica do governo, o resultado foi a drenagem de recursos para a banca financeira durante o ano de 2015:

Com o Brasil em recessão, crise política e setores inteiros da indústria paralisados pela Lava Jato, Joaquim Levy jogou querosene para apagar o fogo da crise, cortando investimentos e mantendo os maiores juros reais do mundo. Ao fazê-lo, colapsou as contas de 2015, levando o setor público a comprometer assombrosos 8,4% do PIB nacional em pagamento de juros, ou R\$ 501,8 bilhões, o recorde da história brasileira. (Gomes, 2020, p. 51)

O receituário neoliberal foi imposto ao governo, agora todos os dogmas desta corrente estavam a ser aplicados. Para estes, o importante era não deixar que o Estado entrasse em uma espiral que pudesse comprometer o pagamento da dívida e que essa dívida continuasse a ser cada vez mais rentável, tanto que para isso as taxas de juros foram elevadas a 14,25% ao ano e os gastos com investimento foram reduzidos drasticamente, dado o ajuste fiscal imposto pelo governo. Segundo dados do IPEA, o investimento público teve uma retração de 29% no ano de 2015²², fazendo com que este tipo de investimento voltasse 10 anos no tempo se comparado a proporção com o PIB. Gastos como na área de educação, por exemplo, tiveram cortes relevantes em 2015. Em valores nominais a verba para os principais programas do

²⁰ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/pib-sobe-0-1-em-2014-o-pior-desempenho-do-1-mandato-de-dilma/>

²¹ Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/crescimento-de-0-1-do-pib-em-2014-reafirma-fragilidade-da-economia-brasileira-avalia-fecomerciosp-1>

²² Disponível em: <https://exame.com/economia/investimentos-publicos-tiveram-queda-de-29-em-2015/>

Ministério da Educação (MEC) caiu de R\$17,9 bilhões em 2014 para R\$ 12,7 bilhões em 2015 (Belluzzo; Galípulo 2017).

Para juntar ofensa à injúria, no Ano da Desgraça de 2015, as tropelias do ajuste reduziram drasticamente a participação dos investimentos. Comparando o período entre janeiro e setembro de 2014 e 2015 o “ajuste” fiscal reduziu percentualmente 10 vezes mais os investimentos do PAC que as despesas correntes, proporcionou uma redução de 4% das despesas totais, 5,5% nas transferências e de 41% dos investimentos do PAC. (Belluzzo; Galípulo, 2017, p.160)

E neste mesmo ano o que se observou foi uma despesa com juros nominais que chegou a crescer 21% em relação a dívida/PIB, e um valor de total de R\$ 501,8 bilhões (como já mencionado anteriormente). Ainda que os interesses do mercado fossem sumariamente atendidos, o custo político e o risco de novas pressões da sociedade civil, ameaçavam uma sustentação paradigmática, ainda era necessário um golpe final para selar a tomada do poder pelas forças do mercado, e a chance veio no fim do ano de 2015, mais exatamente no dia 2 de dezembro, quando o deputado federal Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, dá o início protocolar ao pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma. A captura do poder já seguia se encaminhando para um estágio mais avançado.

5.3. O golpe e a tomada do poder

No começo de 2016 o caminho já estava pavimentado para a tomada do poder, a euforia tomava conta dos mercados financeiros. Ainda em dezembro de 2015 a Exame publicava uma matéria onde se lia: “Por que o mercado ficou tão feliz com o *impeachment*?”²³, A Folha de São.Paulo já publicava as projeções do mercado financeiro²⁴, enquanto isso no portal G1 já se exaltava a baixa do dólar que ocorreu no dia seguinte ao aceite do *impeachment*²⁵. O paraíso neoliberal estava logo ali, o passo adiante para se chegar nele era a ocupação da presidência por um agente que falasse a mesma linguagem do mercado, moldando um controverso rito processual para embasar a destituição da presidenta²⁶. E foi o que ocorreu, sustentando-se em acusações vagamente técnicas que se referiam a decretos presidências, como aberturas de créditos suplementares²⁷, e as chamadas “pedaladas fiscais”, pelos trâmites do congresso nacional, faltando a aprovação de 342 deputados e 54 senadores para que um novo

²³ Disponível em: <https://exame.com/economia/impeachment-por-que-o-mercado-ficou-tao-feliz/>

²⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1725457-incerteza-politica-e-economica-prejudica-investimento-em-2016.shtml>

²⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/12/cotacao-do-dolar-031215.html>

²⁶ Para saber mais, ler a matéria “juristas veem ‘inconsistência’ em pedido de impeachment de Dilma”, publicada no jornal Valor Econômico.

²⁷ Que, segundo seus acusadores, fere o artigo 11 da Lei de 1950, que proíbe o governo de contrair empréstimo, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal.

governo, encapado pelo vice-presidente Michel Temer, respondesse mais fielmente à aliança financeira-neoliberal.

O processo se deu assim, em 11 de abril de 2016, a comissão especial da Câmara dos Deputados aprova a abertura do processo contra Dilma, com 38 votos a favor e 27 contra. Depois disso a votação foi a plenário, e em um domingo, dia 17 de abril, após 6 horas de sessão o plenário da Câmara autoriza a instauração do processo de impeachment contra Dilma, com uma votação expressiva, sendo 367 votos a favor e 137 contra a abertura do processo. Depois disso a votação iria para o senado, que primeiro votou a admissibilidade do processo, que acabou afastando a então presidenta por 180 dias do cargo. O golpe só seria consolidado de fato no dia 31 de agosto, com 61 votos a favor e 20 votos contrários ao impeachment, se selava o destino de Dilma e, naquele momento, a presidenta que em menos de 2 anos antes havia sido reconduzida ao cargo, foi destituída. O Congresso Nacional foi a principal ferramenta usada para se perpetrar o golpe parlamentar, que teve um objetivo claro: restaurar o poder de classe do capital em geral e da sua fração financeira em especial (BIN, 2017).

5.4. O poder com os neoliberais e seus associados

Com o fim do dramático processo do golpe, as forças do mercado, utilitaristas e maximizadoras, agora estavam de fato com o controle do Estado brasileiro, o ponto focal de seus interesses era agora o chefe do poder executivo, que contava com o apoio do congresso que o alçou ao poder e o otimismo da mídia que havia mobilizado a opinião pública contra o governo anterior.

Para termos uma ideia de como o governo usurpador de Michel Temer e seu partido (PMDB) já estava com a agenda pró-mercado e neoliberalizante pronta, em outubro de 2015 é lançado um documento chamado *Uma Ponte para o Futuro*, neste documento elencam os principais ajustes a serem realizados após a tomada do poder:

Naquela espécie de programa de governo pós-golpe, em que Temer lançava-se ao posto para o qual Dilma fora eleita pelo voto popular, seu partido sinalizava a “necessidade” de “um ajuste [fiscal] de caráter permanente”, o que demandaria “mudar leis e até mesmo normas constitucionais estabelecidas”. Dizia também ser “necessário...acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação”. Propunha o “fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais” e “que o equilíbrio fiscal de longo prazo [fosse] um dos princípios constitucionais”. Defendia ser “preciso introduzir... uma idade mínima [para aposentadoria] que não [fosse] inferior a 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres”. (Bin, 2017, p. 249)

O modelo de administração racionalista e ortodoxa estava pronto para ser executado, a guinada rumo ao neoliberalismo financeiro e a desdemocratização no Estado

Brasileiro enfim chegava ao seu estágio mais avançado. Agora, com o poder nas mãos, a tarefa seria colocar em marcha as reformas (ou contrarreformas) que consolidassem o Estado mínimo, austero e desdemocratizante, esforços que desmontassem políticas de bem-estar social e encapassem as mudanças constitucionais necessárias.

O exemplo mais emblemático da reconfiguração do poder nas estruturas do Estado Brasileiro é representado pela Emenda Constitucional 55/2016 ou, como é popularmente conhecida, o “teto de gastos”. Esta medida estipulava um limite para os gastos públicos por 20 anos. Basicamente, o Estado estava obrigado a expandir seus gastos primários apenas de acordo com o a inflação do ano anterior. Trata-se de uma amarra que se criava e atingia em cheio o poder de investimento do Estado e das medidas anticíclicas, atingindo políticas sociais, educacionais, habitacionais de saúde e de infraestrutura, atrofiando assim a capacidade de gastos e de medidas expansionistas na economia. Porém, o fator mais emblemático é que esta trava que a EC 55/2016 colocava no orçamento, não afetaria a expansão de gastos com a dívida:

A Emenda Constitucional 55/2016 trava os gastos com políticas públicas. São gastos que incidem sobre o resultado primário, ou seja, onde o déficit é muito limitado e a utilidade e efeito multiplicador do investimento público é grande, tanto em termos econômicos como sociais. Mas esta EC não limita os gastos com a dívida pública, que é onde ocorre o verdadeiro e imenso rombo. O novo governo simplesmente aprofundou a transferência de recursos da sociedade para os grupos financeiros. (Dowbor,2018, p.237)

A aprovação do teto de gastos não representa somente uma reformulação econômica e fiscal do Estado pelo poder do neoliberalismo, mas também um severo retrocesso na esfera da democracia. Com as amarras impostas pelos próximos 20 anos ao orçamento público, a capacidade dos próximos governantes de elaborar ou de promover políticas públicas que demandem recursos governamentais ficam bloqueadas, pelo fato de terem que se submeterem a regra fiscal imposta por outro governante, que basicamente engessa o orçamento das próximas duas décadas, fazendo com que as distintas propostas orçamentárias apresentadas por candidatos e candidatas que priorizem a expansão de gastos não possam ser executadas, claramente uma manobra que impede governos futuros de atuarem contra tais medidas de austeridade, ainda que vençam o processo eleitoral.

O enxugamento dos gastos, a ancoragem fiscal da máquina pública e a “administração técnica” passam a ser apresentados como sinônimos de eficiência e responsabilidade para a população, buscando um maior convencimento popular a essas medidas. E no caso brasileiro a racionalidade neoliberal se representou também por um

processo de deslegitimação do Estado na opinião pública que, para listarmos, em primeiro lugar o líder do executivo não era o representante legítimo que a maior parte da população havia elegido, então torna-se rapidamente uma liderança impopular. Podemos dizer que diante dessa impopularidade, o caminho estava aberto para que medidas que contrariassem a maioria da população fossem aplicadas sem maiores custos políticos. O mercado financeiro avança com medidas agora já institucionalizadas, os processos de privatizações são colocados na pauta do governo²⁸, as estatais antes vistas como estratégicas, após um longo desgaste e criminalização, foram subordinadas ao controle dos acionistas (como foi o caso da Petrobras) e as políticas tiveram suas esferas de decisão suplantadas.

Em 2017, o governo de Michel Temer anunciava os primeiros pacotes de privatizações, que incluía instituições que vão desde refinarias de petróleo, a Casa da Moeda, até mesmo a instituições de caráter estratégico para o desenvolvimento nacional, como a Eletrobrás. O governo esperava arrecadar um total de R\$ 28 bilhões²⁹ com estas operações, que iria garantir dinheiro em caixa e ao mesmo tempo também garantia que setores importantes da economia servissem como ampliação de mercado e lucros para a elite financeira. O interessante aqui é observar o caso da Petrobras, que não foi incluída neste processo de privatizações, porém, foi entregue ao comando do mercado, a partir do momento em que a empresa passou a praticar uma política de preços que atendia não as demandas da sociedade e do consumo interno, mas sim as dos acionistas atendendo aos valores internacionais, aumentando o valor do combustível e, conseqüentemente, a inflação. O que se observa nesta nova política de ajuste de preços foi uma forma de extrair robustos lucros e dividendos da empresa. Azevedo (2018), aponta a entrega da Petrobras também em outro acontecimento, quando o Poder Executivo trata de leiloar o pré-sal, eliminando a exclusividade da Petrobras como operadora dessas áreas.

Na política, medidas para frear a participação da sociedade civil foram adotadas durante o governo de Michel Temer, um exemplo é o esvaziamento do Fórum Nacional da Educação, que acabou abrindo espaço para a imposição da pauta do chamado “novo ensino médio”, que tem como objetivo fornecer uma formação tecnicista em detrimento de uma formação mais humana para os alunos, tornando a formação educacional uma ferramenta que responde meramente as necessidades do mercado de trabalho.

²⁸ Processos que acabaram tendo êxito no mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022).

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pacote-de-privatizacoes-do-governo-temer-preve-75-projetos-para-2018.ghtml>

O governo de Michel Temer em seus mais de dois anos à frente do executivo brasileiro, tratou de se alinhar com o mercado, alicerçando assim uma sólida base de políticas neoliberais que puderam ser consolidadas no mandato de seu sucessor, Jair Bolsonaro, eleito em 2018. As dogmáticas de mercado que permeiam hoje tiveram suas vias pavimentadas antes, durante e depois do processo do golpe parlamentar de 2016. No campo ideológico, as anomalias que se tornaram discursos razoavelmente aceitos, especialmente de violação aos direitos humanos, também encontram suas raízes neste momento. Reduções de gastos, privatizações e criminalização do Estado fazem parte da retórica neoliberal, que levou a contenção das despesas, a venda de patrimônios estratégicos a drenagem de recursos públicos para o serviço da dívida pública e a independência da autoridade monetária frente as pressões da sociedade civil. Uma reversão desse processo não será fácil, tendo em vista que este molde de racionalidade neoliberal, jurídico e econômico, já atinge até mesmo os mais variados extratos sociais, com parcelas de indivíduos que se vem totalmente abandonados pelo Estado e perdidos em uma sociedade ultra individualista que preza a concorrência em detrimento da solidariedade social.

O caso brasileiro que observamos se mostra em certa medida um exemplo paradigmático de Estado onde o receituário neoliberal foi aplicado e que o poder do mercado financeiro se sobressaiu contra os pilares básicos da democracia, fazendo com que a desdemocratização degradingolasse em tão curto espaço de tempo.

As ramificações deste processo que analisamos ainda são sentidas no aparato institucional e social brasileiro, as turbulências destas deformações se acentuaram ainda mais nos anos recentes, com a ascensão da extrema-direita ao poder alinhada com o mercado e seus agentes, contudo, a análise deste período que vai de 2019 a 2022 servem a trabalhos futuros.

6. Considerações Finais

Este trabalho teve a finalidade de demonstrar as estruturas e implicações do neoliberalismo, da financeirização e da desdemocratização no cenário atual. Ao fazermos a análise do caso brasileiro, procuramos dar concretude a estes conceitos e, ao mesmo tempo, pontuar as deformações que surgem com a ascensão da política neoliberal e suas ramificações financeira e na crise democrática. Os malefícios que estes processos geram ao redor do globo são sentidos em grande medida tanto no Norte quanto no Sul global, ainda que resguardadas suas diferenças históricas, mas onde podemos observar uma acentuação das desigualdades, da concentração de renda e um recuo nos níveis de democracia nas últimas décadas.

Os severos ajustes fiscais e políticas de austeridade impostos pelo neoliberalismo, tornaram-se na realidade uma dominação, onde os mercados foram alçados a ator principal, fazendo com que os governos operem a partir de parâmetros pouco claros de garantir a confiança desse setor como sinônimo de um bom desempenho na economia, para isso, como vimos, torna-se necessário até mesmo sacrificar o bem-estar da grande maioria da população, alijando os de seus direitos básicos e os afastando dos processos decisórios. Atrofiar os investimentos público e reforçar os dogmas da velha ortodoxia econômica na administração estatal tem sido um discurso colocado de cima para baixo, ou seja, um discurso de domínio que reforça os velhos antagonismo na sociedade.

Como foi mostrado, a atuação frenética dos agentes do mercado em busca da maximização de seus lucros tem colocado amarras na atuação dos Estados, a agenda de reformas é nada mais do que um mecanismo que possibilita a efetivação desses interesses, e analisando o caso brasileiro, percebemos como essa configuração captura os poderes da república, mídia, opinião pública e agentes políticos. O processo de golpe de 2016 não pode ser pensado desmembrado do avanço ideológico do neoliberalismo, a naturalização dessas políticas que, ao servirem de parâmetro e como único modelo de desenvolvimento, também criam na sociedade um aparato distante da participação popular, mascarado por ditames da tecnocracia, essa participação só consegue ecoar efetivamente quando coadunam com interesses das classes dominantes. O Brasil, portanto, enquanto país periférico do globo, mas de enorme importância econômica no sistema capitalista mundial, torna-se emblemático pela sua vulnerabilidade as ofensivas de classe e desmonte estatal. Como vimos, a tecnocracia aliada com os interesses das classes dominantes provoca um verdadeiro retrocesso democrático. Depois de séculos de lutas populares pelos direitos e pela justiça social, em prol do bem-estar humano, as pessoas se vêm cada vez mais sem forças e sem voz para fazer valer as suas demandas, estão sendo

constantemente sufocadas por um processo excludente, que os remete a períodos sombrios, que muito faz lembrar os tempos das autocracias pré-revolução industrial. Ainda que as forças políticas no caso do Brasil tenham novamente mudado sua correlação de forças, vimos que essas diretrizes não interrompem por completo a escalada de esvaziamento democrático. Como a própria conjuntura pré-golpe demonstrava, o poder atribuído ao mercado financeiro independe de governos eleitos para se fazerem realidade, ainda que tenham maiores ou menores obstáculos, avançam com suas pautas.

A tomada neoliberal tem um inimigo claro, e este inimigo é o Estado onde exista políticas populares participativas e políticas econômicas expansionistas que se comprometam com o desenvolvimento. O que está em jogo, portanto, são modelos de desenvolvimento e seus reflexos para a esmagadora maioria da população. Além disso, a armadilha neoliberal para muitos transcende a apenas a extração de recursos via mercado financeiro para uma pequena parcela de indivíduos, esta armadilha também tem ambições geopolíticas, definindo o tabuleiro do poder ao redor do mundo. Os países do Norte global, ao impor a execução deste receituário neoliberal aos demais países, acabam aprofundando as assimetrias existentes nas diferentes regiões do planeta.

As principais ideias que contribuíram para o desenrolar deste trabalho, sustentam a ideia de uma disputa dentro da sociedade, aonde o poder do capital estaria a tentar restaurar ou manter o seu poder de classe. As observações a cerca disso são diversas, vão desde as passagens que mencionamos sobre o trabalho de Streeck³⁰ e Harvey³¹, que estão pensando em uma perspectiva do norte global, até o trabalho de Bin³², que reforça a dominação de classe pensando no caso brasileiro. As teses destes autores sem dúvidas são cruciais para entendermos a dinâmica desta nova fase do capitalismo, operado pelo mercado financeiro. Para investigar essa nova estrutura também se faz necessário observar o impacto desse processo nos indivíduos, como Brown³³ e Dardot e Laval³⁴ fazem, ou seja, como práticas cultivadas pela sociedade neoliberal tomam a subjetividade que também influenciam em movimentos políticos mais amplos, como individualismo, negacionismo e estigmatização do espaço público. Essas

³⁰ STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: A crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

³¹ HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

³² BIN, Daniel. **A superestrutura da dívida**: Financeirização, classes e democracia no Brasil neoliberal. São Paulo: Alameda, 2017.

³³ BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

³⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

diferentes contribuições, de caráter interdisciplinar, têm sido de grande importância para se conseguir chegar a alguns diagnósticos sobre o neoliberalismo e suas ramificações, que muitas das vezes pode parecer complexo e polissêmico, porém, ao colocar estes temas no debate público permitem jogar luz sobre o assunto e tirá-lo da caixa, fazendo com que o debate público abra espaço para tomar conhecimento de toda esta arquitetura, que influi diretamente na vida cotidiana. Nesse sentido, o papel da pesquisa e da produção teórica é indispensável, pois é sua responsabilidade produzir uma teoria que aponte essas armadilhas, que revele o que se esconde por trás do aparente tecnicismo e a sua codificação em termos, análises econômicas que voluntariamente buscam distanciar o crivo da população. Assim, os efeitos deletérios que o neoliberalismo está a causar são sentidos diariamente, e a agenda de exclusão que este processo prega deve ser trazida à tona para que possamos investigar e criar alternativas para se contrapor a este poder.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Plauto Faraco. Neoliberalismo: desmonte do Estado social. 1. Ed. Porto Alegre: Libretos, 2018.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo. 1. Ed. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BIN, Daniel. A superestrutura da dívida: financeirização, classes e democracia no Brasil neoliberal. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2017.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. 1. Ed. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

CARNEIRO, Ricardo. Acumulação fictícia, especulação e instabilidade financeira. Parte I: uma reflexão sobre a financeirização a partir de Marx, Keynes e Minsky. Econ. soc, Campinas, v. 28 n. 2, p. 293-312, maio-agosto 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?. 2. Ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

GOMES, Ciro. Projeto nacional: o dever da esperança. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2020.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MIRANDA, Elflay. A mundialização financeira frente ao neoliberalismo. Em Tese, v. 2 n. 1, p.41-51, janeiro-junho 2004.

MOREIRA, Eduardo. Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A democracia impedida: o Brasil no século XXI 1. Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.